

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 344, emitida em 20/12/2013. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e dessa forma não podemos considera-las como tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **1. Conjuntura econômica:** Em 2014, a economia brasileira apresentou baixo nível de crescimento e a demanda doméstica perdeu força, com queda no consumo e retração nos investimentos. Esse contexto de atividade enfraquecida refletiu a piora dos fundamentos da economia, principalmente inflação ascendente e um quadro fiscal que requer atenção. Apesar das circunstâncias adversas, a renda e o nível de emprego apresentaram melhora em relação ao ano de 2013. A economia mundial também foi caracterizada por crescimento fraco, notadamente nos países emergentes, observando-se nos países desenvolvidos desempenho melhor, em especial nos EUA. A demanda externa contribuiu pouco para o crescimento, refletindo a queda nas exportações de produtos básicos e manufaturados. No caso dos produtos básicos, houve forte queda nos preços de commodities no segundo semestre, agravada pelos efeitos da desaceleração da economia chinesa. No caso dos produtos manufaturados, verificou-se uma recuperação de mercados importantes para o Brasil, em especial na América Latina. No final de 2014, teve início um novo ciclo de ajustes comerciais à recuperação dos fundamentos da economia e promoção de um ambiente favorável ao crescimento nos próximos anos. O governo e a nova equipe econômica acreditam que a alta nas taxas de juros e medidas no campo fiscal possam recolocar a inflação em trajetória compatível com as metas. No mercado de seguros, nosso principal mercado, dados preliminares da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) indicam que a receita com prêmios alcançou um volume total de R\$ 161,6 bilhões, um aumento de 16,6%. Se forem desconsiderados os prêmios dos planos da modalidade VGBL, o mercado de seguros teria atingido a cifra de R\$ 90,2 bilhões contra R\$ 82,9 bilhões em 2013, um crescimento de 8,8%. O segmento de automóveis representou a maior parcela da receita, com participação de 35,6% no total de prêmios emitidos em 2014. Já no mercado de saúde suplementar, segundo dados disponibilizados pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) para os nove primeiros meses de 2014, a receita total era de R\$ 94,6 bilhões para o período em questão, o que representava um crescimento de 16,2% ante o mesmo período de 2013. **2. Principais informações financeiras:**

(R\$ milhões)	2014	2013	Variação
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	8.610,2	5.780,9	48,9%
Sinistros retidos	(7.116,9)	(4.720,6)	(50,8%)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	1.493,3	1.060,4	40,8%
Resultado bruto	1.294,7	899,9	43,9%
Resultado financeiro líquido	286,6	131,9	117,3%
Resultado patrimonial	252,0	147,4	71,0%
Resultado antes dos impostos e participações	712,8	446,8	59,5%
Resultado Líquido	556,9	367,7	51,4%

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2014, os prêmios ganhos pela Companhia totalizaram R\$8.610,2 milhões, com aumento de 48,9%. Os sinistros retidos somaram R\$7.116,9 milhões, representando 82,7% dos prêmios ganhos. O resultado patrimonial passou de R\$147,4 milhões para R\$252,0 milhões no final do ano. O patrimônio líquido da Companhia atingiu R\$3.177,9 milhões, com incremento de 21,2% sobre o exercício anterior. A Companhia apresentou no ano um lucro líquido de R\$556,9 milhões. **4. Distribuição do resultado:**

(R\$ milhões)	2014	2013
Descrição	2014	2013
Lucro antes dos impostos e participações	712,8	446,8
(-) Impostos e contribuições	(128,3)	(67,4)
(-) Participações	(27,6)	(11,7)
Lucro líquido do exercício	556,9	367,7
(+) Outros ajustes	1,6	-
Lucro líquido após compensações	558,5	367,7
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(27,9)	(18,4)
Lucro líquido ajustado	530,6	349,3
Dividendos obrigatórios	132,6	87,3
(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios	16,0	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem considerados nos dividendos obrigatórios	110,5	85,0
Bruto	130,0	100,0
Saldo de renda	(19,5)	(15,0)
Saldo dos dividendos obrigatórios por parcela da receita	6,1	2,3
Destinação:	378,5	247,0
Constituição de reserva estatutária	378,5	247,0

5. Investimentos: Em 31/12/2014, a Companhia mantinha investimentos diretos nas seguintes sociedades: Sul América Santa Cruz Participações S.A. no montante de R\$548,3 milhões, Sul América Serviços de Saúde S.A. no montante de R\$88,7 milhões, Sul América Saúde Companhia de Seguro no montante de R\$228,3 milhões, Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. no montante de R\$416,8 milhões, Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. no montante de R\$51,8 milhões e Sul América Odontológico S.A. no montante de R\$50,7 milhões. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **7. Acordo de Acionistas:** A Companhia não é parte de nenhum acordo de acionistas.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015.
A ADMINISTRAÇÃO.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

Ativo	Notas	2013		Notas	2014	
		2013	2014 (Reclassificado)		2014	2014 (Reclassificado)
Circulante		2.851.782	2.318.353		2.045.594	1.681.911
Disponível	-	20.132	19.636			
Realizável	-	2.831.650	2.298.717			
Aplicações financeiras	5	2.378.529	1.926.451			
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	-	1.653.335	1.447.498			
Aplicações não vinculadas	-	725.194	478.953			
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		234.175	179.515			
Prêmio a receber	6.1	229.394	175.540			
Operadoras de planos de assistência à saúde	-	1.286	2.678			
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	3.495	1.297			
Despesas diferidas	7	130.964	111.269			
Créditos tributários e previdenciários	8	1.966	5.078			
Bens e títulos a receber	9	85.731	74.430			
Despesas antecipadas	-	285	1.974			
Não circulante		3.227.669	2.767.947			
Realizável a longo prazo	-	1.774.121	1.570.954			
Aplicações financeiras	5	2.345	2.342			
Aplicações não vinculadas	-	2.345	2.342			
Créditos tributários e previdenciários	8	67.220	53.437			
Despesas de comercialização diferidas	7	186.812	163.110			
Ativo fiscal diferido	8	150.272	148.398			
Depósitos judiciais e fiscais	14.1	1.364.482	1.197.531			
Outros créditos a receber a longo prazo	-	2.990	6.136			
Investimentos	-	1.384.573	1.140.296			
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	-	1.384.573	1.140.296			
Participações societárias - Operadoras de planos de assistência à saúde	10	367.680	251.502			
Participações societárias - Outras entidades	10	1.016.869	888.770			
Outros investimentos	-	24	24			
Imobilizado	-	13.285	8.518			
Imobilizado de uso próprio	-	10.490	5.822			
Bens móveis - Não hospitalares/ Não odontológicos	-	10.490	5.822			
Outras imobilizações	-	2.795	2.696			
Intangível	-	55.690	48.179			
Total do ativo		6.079.451	5.086.300		6.079.451	5.086.300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	Notas	2013		Notas	2014	
		2013	2014		2014	2014
Receitas com operações de assistência à saúde		8.610.210	5.780.923		8.610.210	5.780.923
Receitas com operações de assistência à saúde	-	8.683.933	5.831.795			
Prêmios retidos	18.1	8.684.675	5.836.906			
Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	-	(755)	(5.111)			
Receita com resseguro	-	13	-			
Tributos de assistência de operações com planos de assistência à saúde da operadora	-	(73.723)	(50.872)			
Sinistros retidos		(7.116.907)	(4.720.559)		(7.116.907)	(4.720.559)
Sinistros conhecidos ou avisados	18.2	(6.983.026)	(4.891.388)			
Varição da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	(133.645)	170.829			
Despesa com resseguro	-	(236)	-			
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		1.493.303	1.060.364		1.493.303	1.060.364
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	-	6.698	4.257			
Outras receitas operacionais	-	6.698	4.257			
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	18.5	(205.173)	(164.761)			
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	-	(186.206)	(129.977)			
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde	-	7	5			
Provisão para perdas sobre créditos	-	(18.974)	(34.789)			
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	18.5	(90)	-			
Resultado bruto		1.294.738	899.860		1.294.738	899.860
Despesas de comercialização	18.3	(558.273)	(344.743)			
Despesas administrativas	18.4	(562.244)	(387.577)			
Resultado financeiro líquido		18.6	286.646		18.6	286.646
Receitas financeiras	-	372.912	243.666			
Despesas financeiras	-	(86.266)	(111.743)			
Resultado patrimonial		10	251.979		10	251.979
Receitas patrimoniais	-	252.241	147.756			
Despesas patrimoniais	-	(262)	(395)			
Resultado antes dos impostos e participações		712.846	446.824		712.846	446.824
Imposto de renda	18.7	(78.564)	(54.965)			
Contribuição social	18.7	(50.059)	(52.617)			
Impostos diferidos	18.7	308	40.182			
Participações sobre o resultado	-	(27.634)	(11.707)			
Resultado Líquido		556.897	367.717		556.897	367.717
Quantidade de ações	-	75.839.509	72.363.564			
Resultado líquido por lote de mil ações		7,34	5,08		7,34	5,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Ágio (Deságio) em transações de capital	Total das Reservas de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
									Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2013	1.100.000	(6.923)	(6.923)	(361.053)	34.694	1.516.300	1.550.994	29.472	-	2.312.490
Aumento de capital em espécie conforme AGE de 15/07/2013 e 26/11/2013	120.000	-	-	-	-	-	-	-	-	120.000
Aumento de capital com realização de reserva conforme AGE de 28/03/2013	482.000	-	-	-	(34.694)	(447.306)	(482.000)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(75.439)	-	(75.439)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	367.717
Proposta da destinação do resultado:										
Reserva legal	-	-	-	-	18.386	-	18.386	-	(18.386)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	246.998	246.998	-	(246.998)	-
Juros sobre o Capital Próprio conforme ARCA de 13/12/2013- R\$1,3538 ação ON e R\$1,4892 ação PN	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Dividendos propostos - R\$0,03158 por ação ON e R\$0,03474 por ação PN	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.333)	(2.333)
Saldos em 31/12/2013	1.702.000	(6.923)	(6.923)	(361.053)	18.386	1.315.992	1.334.378	(45.967)	-	2.622.435
Aumento de capital em espécie conforme AGE de 30/07/2014 e 30/09/2014	134.393	-	-	-	-	-	-	-	-	134.393
Outros ajustes	-	-	-	-	-	-	-	-	1.616	1.616
Deságio em transação de capital	-	7.995	7.995	-	-	-	-	-	-	7.995
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	6.715	-	6.715
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	556.897
Proposta da destinação do resultado:										
Reserva legal	-	-	-	-	27.926	-	27.926	-	(27.926)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	378.440	378.440	-	(378.440)	-
Dividendos antecipados - R\$0,20593 por ação ON e R\$0,22652 por ação PN	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.000)	(16.000)
Juros sobre o capital próprio - R\$1,67317 por ação ON e R\$1,84048 por ação PN	-	-	-	-	-	-	-	-	(130.000)	(130.000)
Dividendos propostos - R\$0,0791 por ação ON e R\$ 0,0870 por ação PN	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.147)	(6.147)
Saldos em 31/12/2014	1.836.393	1.072	1.072	(361.053)	46.312	1.694.432	1.740.744	(39.252)	-	3.177.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Notas	2014	2013
Resultado líquido do exercício		556.897	367.717
Ganhos atuariais, líquidos de perdas, não realizadas com plano de pensão de benefício definido		77	-
Ganhos / (perdas) não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	19	(3.991)	(23.056)
Imposto de renda e contribuição social relacionados aos componentes de outros resultados abrangentes	19	1.565	9.220
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	10	9.064	(61.603)
Outros componentes do resultado abrangente		6.715	(75.439)
Resultado abrangente do exercício		563.612	292.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	2014	2013
Atividades operacionais		
Recebimento de planos de saúde	8.714.311	5.856.039
Resgate de aplicações financeiras	5.316.116	5.180.595
Recebimento de juros de aplicações financeiras	182.170	99.323
Outros recebimentos operacionais	4.674	9.596
Pagamento a fornecedores / prestadores de serviço de saúde	(6.817.112)	(4.766.066)
Pagamento de comissões	(589.870)	(360.493)
Pagamento de pessoal	(249.252)	(157.916)
Pagamentos de serviços de terceiros	(243.084)	(176.398)
Pagamento de IR e CSLL	(109.676)	(99.373)
Pagamento de outros tributos	(120.550)	(64.881)
Pagamento de ações judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(97.341)	(87.008)
Pagamento de aluguel	(11.715)	(8.071)
Pagamento de promoção/publicidade	(45.134)	(22.268)
Aplicações financeiras	(5.729.691)	(5.204.248)
Outros pagamentos operacionais	(105.947)	(179.044)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	97.899	19.787
Atividades de investimento		
Recebimento de venda de ativo imobilizado - Outros	140	1.368
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	78.511	99.975
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	(22.924)	(3.310)
Outros pagamentos das atividades de investimento	(65.028)	(124.925)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(9.301)	(26.892)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro	134.393	120.000
Pagamento de juros - REFIS	(18)	(7.318)
Pagamento de amortização - REFIS	(8.746)	(10.438)
Pagamento de participação nos resultados/dividendos	(213.731)	(92.905)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(88.102)	9.339
Variação líquida do caixa	496	2.234
Caixa - Saldo inicial	19.636	17.402
Caixa - Saldo final	20.132	19.636
Ativos livres no início do exercício	753.633	197.498
Ativos livres no final do exercício	846.178	753.633
Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres	92.545	556.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE denominada "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde, e tem como principal acionista a Sul América Companhia Nacional de Seguros, denominada "SALIC" com 63,72% de ações ordinárias e 70,02% de ações preferenciais, com participação total de 65,27%, e tem como controladora indireta final a Sul América S.A., denominada "SASA". A SASA é controlada pela Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,90% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,69% de participação total. A SASA, por deter participação no capital dos demais acionistas, é a controladora indireta da Companhia, com 100% de participação no capital total. Nestas demonstrações financeiras, denominamos de "SulAmérica" o conjunto de empresas controlado pela SASA, o qual a Companhia faz parte.

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 344 emitida em 20/12/2013. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. Com o objetivo de atender a exigência de divulgação do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia reclassificou seus débitos e créditos tributários de 2013, alinhando-os aos apresentados em 2014, pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição. Em 31/12/2013, o montante de R\$136.137 de débito tributário que foram divulgados na rubrica "Provisões para tributos diferidos", no passivo não circulante, foram reclassificados para o ativo não circulante, para a rubrica "Ativo fiscal diferido". A Companhia entende que essas reclassificações, para fins de divulgação e que não afetam o capital circulante líquido, não são relevantes. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 24/02/2015.

2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5).

2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo de práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Apuração de resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Os prêmios de seguros são reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas como prêmios retidos; • Os custos de angariação são diferidos e registrados na rubrica "Despesas diferidas" no ativo circulante e "Despesas de comercialização diferidas" no ativo não circulante e amortizados no resultado pelo prazo médio estimado de permanência dos segurados em carteira, considerando a vigência das apólices e o prazo de cobertura à qual a despesa de comercialização se refere, e a expectativa de cancelamento ou não-renovação das apólices; • Os sinistros são refletidos nos resultados com base na metodologia conhecida como IBNP (Incurred But Not Paid) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os sinistros incluem as despesas estimadas a incorrer, tanto aquelas diretamente aloáveis aos sinistros considerados individualmente (Allocated Loss Adjustment Expense - ALAE), quanto a outras despesas relacionadas aos sinistros, mas não diretamente aloáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE).

3.1.2. Balanço patrimonial: • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Instrumentos financeiros: Os ativos financeiros não derivativos são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:

3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada.

3.2.2. Disponível para venda: Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "emprestimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando há redução ao valor recuperável, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio

líquido.

3.2.3. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado.

3.4. Investimentos: Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustados pela redução ao valor recuperável, quando aplicável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; • O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada, tratado como transação de capital, está registrado no patrimônio líquido.

3.5. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuro projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da entidade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros.

Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 03 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.7. Provisões técnicas de contratos de seguros: As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir:

3.7.1. Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos (PPCNG): A PPCNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo como base a divisão dos prêmios e contribuições pelo número de dias de cobertura total, multiplicados pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de saúde.

3.7.2. Provisão de sinistro a liquidar (PSL): A PSL representa a previsão de pagamentos prováveis, líquida de recuperações, determinada com base nos avisos recebidos até a data das demonstrações financeiras, atualizada monetariamente nos casos de seguros indexados. • A PSL é constituída pelo valor das faturas dos prestadores de serviços, adicionada das despesas diretamente aloáveis (Allocated Loss and Adjustment Expenses – ALAE), apuradas com base nos avisos de sinistros recebidos; • Adicionalmente à PSL, a Companhia provisiona as despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente (Unallocated Loss And Expenses). • A ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da PSL, deduzindo-se da estimativa 50% das despesas já realizadas na atividade de regulação de sinistros.

3.7.3. Provisão de sinistros a liquidar em processos judiciais: As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais semelhantes, recorrentes e relacionados ao negócio, a provisão de sinistros a liquidar leva ainda em consideração itens específicos apurados com base em fatores calculados a partir da comparação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano, baseado no histórico de pagamentos de juros observado. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente.

3.7.4. Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA): A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (Incurred But Not Reported) é constituída com base no IBNP (Incurred But Not Paid), subtraído da PSL. Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. O desenvolvimento histórico observado é de 36 meses. A IBNR é apurada considerando tanto a ALAE quanto a ULAE. A ULAE da IBNR é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da IBNR. Deduz-se do valor obtido, a estimativa de 50% das despesas já realizadas na atividade de regulação de sinistros.

3.7.5. Provisão para remissão: A Provisão para remissão corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. Esta provisão é constituída para garantia existente em alguns contratos dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato, de até 5 (cinco) anos, em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, considerando a expectativa de vida dos beneficiários e 6% ao ano de juros.

3.8. Provisões judiciais: A Companhia constituiu provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis e trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia.

3.8.1. Cíveis e trabalhistas: No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco (provável, possível ou remota), os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex-empregado ou ex-prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros simples de 9,36% ao ano nos processos cíveis e pela TR e juros simples de 9,36% ao ano nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.

3.8.2. Fiscais: As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e são reconhecidas nas demonstrações financeiras, na rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

3.9. Incentivo em ações: A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores e o plano é precificado com base no modelo Black-Scholes para as opções simples, para os programas de 2008 a 2010, e no modelo binomial para as opções simples emitidas nos programas de 2011 e 2012. A partir de 2013, o plano foi reformulado e passou a ser somente outorga de incentivos de ações bonificadas. Neste atual plano de incentivos em ações, o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da Companhia, com direito à bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 18.4).

3.10. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.11. Benefícios a empregados: Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia e o Programa de Indenização para Executivos. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia e com o programa de indenização de executivos são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais.

3.12. Uso de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados

das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais, ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado e disponíveis para venda (nota 5); • Despesas de comercialização diferidas (nota 7); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 8); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 11); e • Provisões para ações judiciais (nota 14).

3.13. Normas emitidas e revisadas: (a) Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Alterações e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente; No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas emendas e novas interpretações às normas IFRS e aos CPC emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, inclusive. A Companhia avaliou as revisões e alterações de normas a seguir e verificou que não há impacto em suas demonstrações financeiras: • **IAS 36/CPC01(R1) - Redução no valor recuperável de ativo (Impairment of assets) (alteração):** A versão revisada da norma traz alterações em divulgação, adaptando-a aos requerimentos do IFRS 13 / CPC 46 – Mensuração ao valor justo e requerendo a divulgação do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (JUGC) quando mensurados ao valor justo menos o custo de alienação. A atual versão da norma retira a obrigação de divulgação do montante recuperável de uma UGC para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado à unidade geradora de caixa. • **IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (Financial Instruments: Recognition and measurement) (alteração):** A alteração na norma define que não há necessidade de descontinuar o hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. A SulAmérica não tem hedge accounting em suas demonstrações financeiras. • **IAS 32/CPC39 – Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation) (alteração):** A alteração da norma traz esclarecimentos sobre os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros e o direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido e realizar o ativo e liquidar passivo simultaneamente. Em relação à nova interpretação, a seguir: • **IFRIC 21 – Taxas governamentais (Levies) (nova interpretação):** A Companhia aplicou o IFRIC 21 pela primeira vez no exercício atual. Esta norma endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo. A aplicação dessa interpretação pela Companhia não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Alterações e novas interpretações revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** • **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento):** Introdz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia ainda está avaliando os impactos da nova norma em suas demonstrações financeiras e aos possíveis efeitos na política de investimentos e no gerenciamento de ativos e passivos (ALM). • **IFRS 15 – Receita de contratos com clientes:** A nova norma introduz a obrigação de reconhecer a receita quando representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no que reflete a consideração de qual montante esperado que seja capaz de ser trocado por aqueles bens ou serviços e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017 (inclusive), porém não é aplicável a contratos de seguros e portanto, não é relevante para a Companhia. (b) **Receta Federal do Brasil (RFB):** Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/2014 que traz alterações na legislação tributária federal e tem por objetivo harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 (normas contábeis internacionais – IFRS), extinguindo o Regime Tributário de Transição (RTT). A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 com a opção de adoção antecipada já a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia avaliou a norma e seus impactos e concluiu que não há efeitos relevantes e que não irá adotar a norma antecipadamente e sim, a partir de 1º de janeiro de 2015 (inclusive).

4. Gestão de Riscos: A SulAmérica investe no desenvolvimento contínuo de seus protocolos de gestão dos riscos resultantes de seus contratos e processos, inspirada nas melhores práticas internacionais. O gerenciamento dos riscos corporativos é realizado de forma integrada entre as linhas de defesa da SulAmérica que compreende as unidades de negócios, as áreas corporativas de gestão de riscos, compliance e controles internos, a estrutura de comissão permanente e comitê colegiados de gestão de riscos e o suporte da área de auditoria interna. A estrutura desenvolvida permitiu a organização implementar um processo contínuo e evolutivo, estabelecido pelo Conselho de Administração, supervisionado pelo Comitê de Auditoria e executado pelo corpo executivo em processos integrados de identificação dos riscos, quantificação, reporte, monitoramento e planos de ação de resposta as ameaças que estejam em desacordo com o apetite a riscos estabelecido na SulAmérica. Com a finalidade de suportar o alcance dos objetivos estabelecidos, o processo de gestão de riscos compreende todos os riscos corporativos, incluindo, mas não limitado aos riscos de concentração, subscrição, mercado, liquidez, crédito, e operacional.

4.1. Risco de concentração das operações: A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas no estado de São Paulo. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios de seguro por unidade da federação.

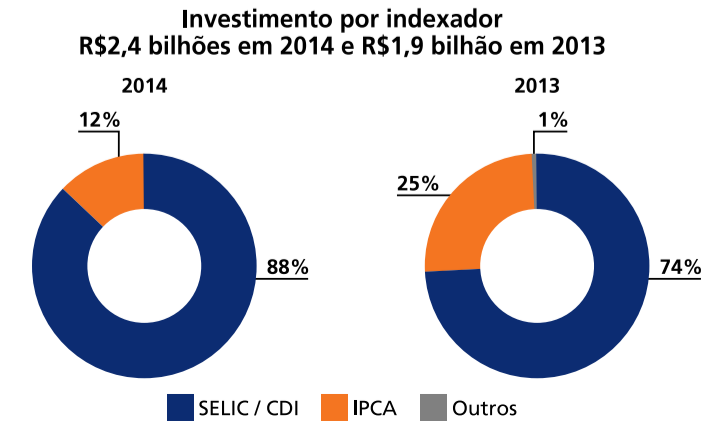
	Representatividade	
	2014	2013
UF		
SP	71,2%	70,9%
RJ	9,3%	9,3%
BA	5,8%	6,2%
PE	4,8%	4,9%
DF	1,8%	1,8%
Outros	7,1%	6,9%
Total	100,0%	100,0%

4.2. Riscos de Subscrição: A emissão de apólices e contratos rentáveis com segurados e clientes depende do correto dimensionamento dos preços dos produtos bem como da constituição de provisões suficientes para pagamento dos eventos indenizáveis. A SulAmérica possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, buscando uma adequada determinação dos preços para cada perfil de cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. O processo de provisionamento é coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias internacionalmente usadas e adaptadas para as características de cada um dos produtos e comportamento dos clientes. Adicionalmente, a SulAmérica conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados como processos de eficiência de custos, auditorias preventivas pré-pagamentos, otimização de rede de prestadores de serviços e programas de saúde ativa, dentre outros. Caso os custos com sinistros ou despesas programadas estejam acima dos valores estimados, os resultados da Companhia poderão ser diferentes dos esperados. As tabelas a seguir apresentam análise da sensibilidade no resultado e patrimônio líquido.

Premissas	2014	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 1% na sinistralidade	(80.275)	(48.165)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(1.458)	(875)
Aumento de 1% nos custos de aquisição	(5.530)	(3.318)
Premissas	2013	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 1% na sinistralidade	(55.463)	(33.386)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(3.987)	(2.392)
Aumento de 1% nos custos de aquisição	(3.435)	(2.061)

A gestão das provisões técnicas constituídas para pagamento dos eventos indenizáveis é um processo contínuo, executado pela área atuarial corporativa que desempenha testes de consistências e recálculos periódicos a fim de avaliar a adequação das metodologias empregadas.

4.3. Riscos de Mercado: Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos financeiros ou de seguros, inclui o risco de oscilação nos investimentos devido a flutuações de taxa de juros, preço de ações, oscilações de câmbio ou variações nos passivos de seguros decorrentes de mudanças nas variáveis macroeconômicas como, por exemplo, a inflação. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos da SulAmérica. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base no gerenciamento de ativos e passivos (ALM - Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas da tempestividade de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. Diariamente e de acordo com a política de investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizado testes de stress na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Em decorrência do processo de ALM, está demonstrada a seguir a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2014 e 2013.



A tabela abaixo apresenta a exposição residual ao risco de renda variável e inflação.

Exposição ao risco de renda variável e inflação	2014	2013
Renda variável	R\$9.536	R\$22.076
Indexado à inflação	R\$164.132	R\$6.855

A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da SulAmérica Investimentos DTVM S.A. (SAMI). Apenas 0,57% (0,02% em 2013) do total

da carteira de investimentos não é gerenciada pela SAMI.

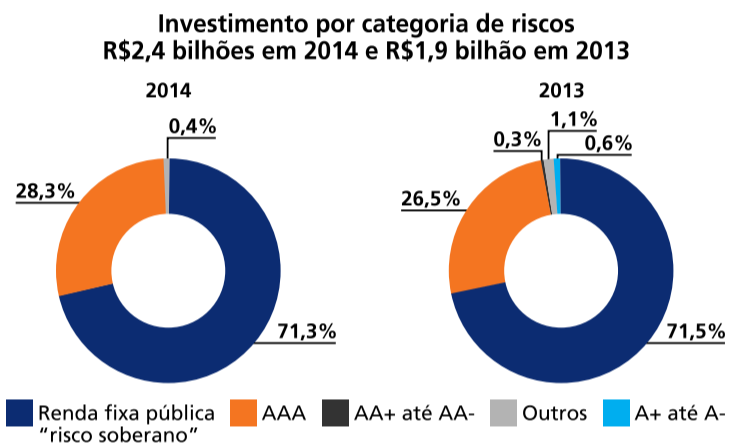
4.4. Risco de Liquidez: A política de investimentos da SulAmérica prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros. A Companhia realiza projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez da Companhia. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2014 e 2013.

Descrição	Até 2 anos ou sem vencimento		Mais de 2 anos e até 5 anos		Mais de 5 anos e até 10 anos		Mais de 10 anos		Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
	Até 2 anos ou sem vencimento	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Mais de 10 anos							
Instrumentos financeiros													
Aplicações financeiras	1.133.045	628.015	617.250	334	2.378.644	2.378.863	219	-	2.378.863				
Valor justo por meio do resultado	526.385	-	-	334	526.719	526.719	-	-	526.719				
Disponível para venda	606.660	628.015	617.250	-	1.851.925	1.852.144	219	-	1.852.144				
Refinanciamento fiscal - REFIS	25.066	-	-	-	25.066	-	-	-	-				25.066
Passivos de seguros (1)	1.726.910	16.884	-	-	-	-	-	-	-		4.894	-	1.748.688

Descrição	Até 2 anos ou sem vencimento		Mais de 2 anos e até 5 anos		Mais de 5 anos e até 10 anos		Mais de 10 anos		Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
	Até 2 anos ou sem vencimento	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Mais de 10 anos							
Instrumentos financeiros													
Aplicações financeiras	1.241.314	530.022	151.014	401	1.922.751	1.926.782	4.031	-	1.926.782				
Valor justo por meio do resultado	340.070	-	-	-	340.070	340.070	-	-	340.070				
Disponível para venda	901.244	530.022	151.014	401	1.582.681	1.586.712	4.031	-	1.586.712				
Refinanciamento fiscal - REFIS	26.536	5.188	-	-	31.724	-	-	-	-				31.724
Passivos de seguros (1)	1.290.894	15.353	-	-	-	-	-	-	-		3.811	-	1.310.058

(1) Na coluna "Outras" há em 31/12/2014, R\$4.894 (R\$3.811 em 2013) de ULAE. O critério de apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, alguns instrumentos financeiros possuem liquidez imediata apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela, sendo na sua totalidade suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas.

4.5. Riscos de Crédito: Decorrente do não cumprimento de contratos, o risco de crédito pode afetar significativamente os resultados da Companhia caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 6.2). A Companhia considera em sua política de investimentos limites específicos para contratação de crédito privado e conta com um comitê de crédito que avalia o risco de cada emissor. Os gráficos a seguir apresentam a classificação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 2014 um percentual de 99,6% (98,0% em 2013) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos de maior rating possível, segundo as agências classificadoras Fitch, S&P e Moody's (classe AAA).



4.6. Riscos Operacionais: O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos macroprocessos organizacionais e com o uso de dicionário específico envolvendo os gestores da companhia. Para a quantificação destes riscos, são utilizadas auto-avaliações além de insumos oriundos de uma base de perdas operacionais. Todo o processo é realizado de forma sistêmica e atualizado periodicamente gerando insumos para a área de gestão de riscos corporativos, controles

5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações:

Descrição	Valor justo por meio do resultado				Disponível para venda		Taxa média de juros	Total		
	Valor mobiliário avaliado pela curva		Valor mercado/ contábil		Valor mobiliário avaliado pela curva				Valor mercado/ contábil	
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/ contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/ contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/ contábil				
Títulos de renda fixa - Privados	334	334	669.197	673.958			674.292			
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-			
Pós-fixado IPCA	-	-	142.211	144.959	IPCA +7,97%a.a		144.959			
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-	-	-	-			
Pós-fixado CDI	-	-	57.182	57.278	113,79%CDI		57.278			
Pós-fixado IPCA	-	-	-	-	IPCA +7,6%a.a.		-			
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-			
Pós-fixado CDI	-	-	15.502	15.531	108,22%CDI		15.531			
Pós-fixado IPCA	-	-	8.101	7.503	IPCA +5%a.a.		7.503			
Letras financeiras	-	-	446.201	448.687	109,42%CDI		448.687			
Outros	334	334	-	-	CDI		334			
Títulos de renda fixa - Públicos	-	-	1.182.728	1.178.186	-	-	1.178.186			
Letras financeiras do tesouro	-	-	1.044.321	1.043.948	SELIC		1.043.948			
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-			
Pré-fixado	-	-	3.699	3.698	8,48%a.a.		3.698			
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-			
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	134.708	130.540	IPCA +4,65%a.a.		130.540			
Cotas de fundos de investimentos	526.385	526.385	-	-	-	-	526.385			
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	516.849	516.849	-	-	-	-	516.849			
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos em ações	9.536	9.536	-	-	-	-	9.536			
Subtotal	526.719	526.719	1.851.925	1.852.144	-	-	2.378.863			
Percentual de participação nas aplicações	-	22,1%	-	77,9%	-	-	100%			
Outras aplicações	-	-	-	-	-	-	2.011			
Total	-	-	-	-	-	-	2.380.874			
Circulante	-	-	-	-	-	-	2.378.529			
Não circulante	-	-	-	-	-	-	2.345			

Descrição	Valor justo por meio do resultado				Disponível para venda		Taxa média de juros	Total		
	Valor mobiliário avaliado pela curva		Valor mercado/ contábil		Valor mobiliário avaliado pela curva				Valor mercado/ contábil	
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/ contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/ contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/ contábil				
Títulos de renda fixa - Privados	-	-	520.374	527.203	-	-	527.203			
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-			
Pós-fixado IPCA	-	-	123.586	129.325	IPCA +7,97%a.a		129.325			
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-	-	-	-			
Pós-fixado CDI	-	-	59.254	59.427	112,88%CDI		59.427			
Pós-fixado IPCA	-	-	17.352	17.700	IPCA +7,6%a.a.		17.700			
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-			
Pós-fixado CDI	-	-	15.811	15.811	108,89%CDI		15.811			
Pós-fixado IPCA	-	-	7.600	6.982	IPCA +5%a.a.		6.982			
Letras financeiras	-	-	296.440	297.627	111,06%CDI		297.627			
Outros	-	-	331	331	CDI		331			
Títulos de renda fixa - Públicos	-	-	1.062.307	1.059.509	-	-	1.059.509			
Letras financeiras do tesouro	-	-	727.949	727.831	SELIC		727.831			
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-			
Pré-fixado	-	-	3.408	3.340	8,48%a.a.		3.340			
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-			
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	330.950	328.338	IPCA +5,22%a.a.		328.338			
Cotas de fundos de investimentos	340.070	340.070	-	-	-	-	340.070			
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	317.994	317.994	-	-	-	-	317.994			
Cotas de fundos de investimentos não exclusivo em ações	22.076	22.076	-	-	-	-	22.076			
Subtotal	340.070	340.070	1.582.681	1.586.712	-	-	1.926.782			
Percentual de participação nas aplicações	-	17,6%	-	82,4%	-	-	100%			
Outras aplicações	-	-	-	-	-	-	2.011			
Total	-	-	-	-	-	-	1.928.793			
Circulante	-	-	-	-	-	-	1.926.451			
Não circulante	-	-	-	-	-	-	2.342			

5.2. Movimentação das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	
Saldo em 01/01/2013	87.374	390.637	87.374	390.637	478.011
Incorporação do saldo da SAÚDE (a)	268.587	1.163.537	268.587	1.163.537	1.432.124
Aplicações	3.491.923	1.712.325	3.491.923	1.712.325	5.204.248
Rendimento resgate	(17.958)	(81.365)	(17.958)	(81.365)	(99.323)
Principal resgate	(3.497.973)	(1.682.622)	(3.497.973)	(1.682.622)	(5.180.595)
Resultado financeiro	7.341	107.256	7.341	107.256	114.597
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	776	-	776	-	776
Ajuste a valor de mercado	-	(23.056)	-	(23.056)	(23.056)
Saldo em 31/12/2013	340.070	1.586.712	340.070	1.586.712	1.926.782

(a) Em 24/04/2013, a controlada Sul América Seguro Saúde S.A. (SAÚDE) foi incorporada pela Companhia.

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	
Saldo em 31/12/2013	340.070	1.586.712	340.070	1.586.712	1.926.782
Aplicações	3.866.252	1.863.439	3.866.252	1.863.439	5.729.691
Rendimento resgate	(35.772)	(146.398)	(35.772)	(146.398)	(182.170)
Principal resgate	(3.680.737)	(1.635.379)	(3.680.737)	(1.635.379)	(5.316.116)
Resultado financeiro	38.135	187.761	38.135	187.761	225.896
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(1.229)	-	(1.229)	-	(1.229)
Ajuste a valor de mercado	-	(3.991)	-	(3.991)	(3.991)
Saldo em 31/12/2014	526.719	1.852.144	526.719	1.852.144	2.378.863

5.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando: (i) a metodologia de VaR Paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. As tabelas abaixo apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e o ganho ou perda com a variação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de risco	2014	
	VaR95%	DV01= 0,01%
Pré-fixado	(120)	(10)
IPCA	389	43
Renda Variável	151	-
Total	420	33

Fatores de risco	2013	
	VaR95%	DV01= 0,01%
Pré-fixado	2	(13)
IPCA	682	76
Renda Variável	146	-
Outros	(146)	-
Total	684	63

Os ativos referenciados a CDI e SELIC não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). O risco residual é representado pela exposição em inflação, que calculado através da metodologia VaR, em 31/12/2014, foi de R\$923 (R\$101 em 2013). Para o cálculo foram confrontados ativos e passivos financeiros indexados à inflação.

5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA. A Companhia possui uma metodologia de classificação para os ativos que possui os seguintes níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. Em 31/12/2014 e 2013, os ativos da Companhia estavam todos classificados no nível 2, de acordo com a natureza, conforme a seguir: **Nível 2: Títulos de renda fixa - Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; **Certificados de depósito bancário (CDB) e Letras financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDBs com cláusula de res

Descrição	2014	2013
Vencidos		
Vencidos entre 1 e 30 dias	106.419	85.392
Vencidos entre 31 e 60 dias	13.545	16.728
Vencidos entre 61 e 180 dias	32.156	24.880
Vencidos entre 181 e 365 dias	28.402	25.370
Vencidos acima de 365 dias	121.966	96.665
Total	302.488	249.035
Redução ao Valor Recuperável	(182.862)	(158.939)
Total vencidos	119.626	90.096
Total prêmios a receber	415.579	341.076
Redução ao Valor Recuperável (a)	(186.185)	(165.536)
Total	229.394	175.540

(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nos prêmios vencidos e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias. **7. Despesas de comercialização diferidas – Movimentação:**

	Seguro direto	Cosseguro cedido	Total
Saldo em 01/01/2013	24.458	-	24.458
Incorporação do saldo da SAÚDE	233.295	-	233.295
Custo de aquisição gerado	115.681	(18.250)	97.431
Amortização	(78.537)	777	(77.760)
Cancelamento	(3.133)	88	(3.045)
RVNE	-	-	-
Outros	-	-	-
Saldo em 31/12/2013	291.764	(17.385)	274.379
Circulante	118.616	(7.347)	111.269
Não circulante	173.148	(10.038)	163.110

	Seguro direto	Cosseguro cedido	Total
Saldo em 31/12/2013	291.764	(17.385)	274.379
Custo de aquisição gerado	186.664	(27.175)	159.489
Amortização	(114.636)	6.372	(108.264)
Cancelamento	(8.188)	360	(7.828)
RVNE	-	-	-
Outros	-	-	-
Saldo em 31/12/2014	355.604	(37.828)	317.776
Circulante	146.950	(15.986)	130.964
Não circulante	208.654	(21.842)	186.812

8. Créditos e débitos tributários e previdenciários e ativos fiscais diferidos:

Descrição	2014	2013
Créditos tributários e previdenciários		
Impostos a compensar/ recuperar (nota 8.1)	1.966	5.078
Pis e Cofins sobre IBNR (nota 8.2)	67.220	53.437
Total	69.186	58.515
Circulante	1.966	5.078
Não circulante	67.220	53.437
Ativos fiscais diferidos líquido dos tributos passivos diferidos		
IR/CSLL sobre diferenças temporárias (nota 8.2)	312.435	284.535
(-)Tributos diferidos passivos (nota 8.2)	(162.163)	(136.137)
Não circulante	150.272	148.398

8.1. Impostos a compensar/recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2013	Incorporação do Saldo da SAÚDE	Atualização	Saldo em 31/12/2013	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.254	1.229	3.967	77 (4.801)	2.726
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	915	376	1.433	21 (1.566)	1.179
Programa de Integração Social - PIS	-	145	158	- (144)	159
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	225	670	727	- (664)	958
Outros	-	55	73	- (72)	56
Total	3.394	2.475	6.358	98 (7.247)	5.078
Circulante					5.078

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Atualização	Saldo em 31/12/2014	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.726	6.240	- (8.281)	685
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.179	965	- (1.885)	259
Programa de Integração Social - PIS	159	360	- (345)	174
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	958	1.659	- (1.814)	803
Outros	56	-	- (11)	45
Total	5.078	9.224	- (12.336)	1.966
Circulante				1.966

8.2. Movimentação de créditos e débitos tributários:

Descrição	Saldo em 01/01/2013	Incorporação do Saldo da SAÚDE	Atualização	Saldo em 31/12/2013	
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	100.540	81.955	32.437	206.055	
Redução ao valor recuperável de créditos	16.367	31.033	13.971	60.892	
Provisões indedutíveis	2.351	4.178	7.313	11.781	
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	-	-	534	534	
Participações nos lucros	634	2.989	936	3.969	
Outros	400	904	-	1.304	
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	120.292	121.059	55.191	(12.007)	284.535
PIS e COFINS sobre IBNR (a)	12.731	44.410	12.672	(16.376)	53.437
Total dos créditos tributários	133.023	165.469	67.863	(28.383)	337.972
Atualizações de depósitos judiciais (b)	(86.746)	(29.690)	(18.016)	-	(134.452)
Ganho com ajuste a valor de mercado	-	(6.963)	-	5.278	(1.685)
Total dos débitos tributários	(86.746)	(36.653)	(18.016)	5.278	(136.137)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	46.277	128.816	49.847	(23.105)	201.835

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Atualização	Saldo em 31/12/2014	
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	206.055	22.827	(391)	228.491
Redução ao valor recuperável de créditos	60.892	8.987	(248)	69.631
Provisões indedutíveis	11.781	10.224	(11.402)	10.603
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	534	36	(67)	503
Participações nos lucros	3.969	1.902	(3.968)	1.903
Outros	1.304	-	-	1.304
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	284.535	43.976	(16.076)	312.435
PIS e COFINS sobre IBNR (a)	53.437	19.775	(5.992)	67.220
Total dos créditos tributários	337.972	63.751	(22.068)	379.655
Débitos tributários - Atualizações de depósitos judiciais (b)	(134.452)	(27.623)	-	(162.075)
Ganho com ajuste a valor de mercado	(1.685)	(2.307)	3.904	(88)
Total dos débitos tributários	(136.137)	(29.930)	3.904	(162.163)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	201.835	33.821	(18.164)	217.492

(a) Refere-se aos créditos tributários de Programa de Integração Social (PIS) e COFINS, calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos e não avisados; (b) Corresponde ao provisionamento dos tributos (IRPJ e CSLL) que incidirão sobre a atualização monetária dos depósitos judiciais, os quais somente serão devidos caso seja obtido êxito no desfecho final dos processos judiciais em curso. Os referidos valores estão contabilizados na rubrica "Provisões para tributos diferidos" no passivo não circulante. A Companhia possui créditos de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias que não foram registrados contabilmente, cujas bases de cálculo somam em 31/12/2014 R\$34.780 (R\$41.762 em 2013) e totalizam créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$6.030 (R\$7.427 em 2013). Estes créditos não vêm sendo reconhecidos em virtude de não haver expectativas de realização destes valores dentro do prazo previsto pelos órgãos reguladores em 31/12/2014.

9. Bens e títulos a receber:

Descrição	2014	2013
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	41.236	29.132
Recursos bloqueados (Nota 13.1)	24.331	31.496
Adiantamento a prestadores de serviços de saúde	10.382	3.856
Outros	9.782	9.946
Total	85.731	74.430
Circulante	85.731	74.430

10. Participações societárias: A seguir, os investimentos da Companhia:

	Santa Cruz (1)	Nova Saúde (2)	Nova Sulamed (3)	Sulasaúde (4)	Sulaseg (5)	Sami (6)	Sulodonto (7)	Total
Saldo em 01/01/2013	76.347	1.375.373	1.602	35.221	316.532	46.679	35.610	1.887.364
Aumento de capital (b)	119.925	-	-	-	-	-	5.000	124.925
Incorporação	283.687	(1.401.078)	83.187	47.031	70.805	-	-	(916.368)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(11.856)	-	(1.091)	(11.033)	-	(14.977)	(1.693)	(40.650)
Equivalência patrimonial (a)	44.840	32.526	1.540	49.946	(3.943)	14.561	7.134	146.604
Ajustes de avaliação patrimonial	(36.880)	(6.821)	-	(952)	(16.948)	(2)	-	(61.603)
Saldo em 31/12/2013	476.063	-	85.238	120.213	366.446	46.261	46.051	1.140.272
Aumento de capital (b)	-	-	-	65.028	-	-	-	65.028
Deságio em transação de capital	7.995	-	-	-	-	-	-	7.995
Dividendos e juros sobre capital próprio	(17.609)	-	(1.068)	(13.356)	(40.000)	(15.332)	(4.000)	(91.365)
Equivalência patrimonial (a)	73.295	-	4.495	56.542	88.278	20.828	8.662	252.100
Ajustes de avaliação patrimonial	7.864	-	-	(125)	1.279	46	-	9.064
Outros ajustes	678	-	-	-	777	-	-	1.455
Saldo em 31/12/2014	548.286	-	88.665	228.302	416.780	51.803	50.713	1.384.549

	Santa Cruz (1)	Nova Sulamed (3)	Sulasaúde (4)	Sulaseg (5)	Sami (6)	Sulodonto (7)	Total
Ativo	713.304	153.966	449.210	5.553.875	101.025	66.604	8.287.984
Passivo	165.018	65.301	220.908	5.148.359	49.222	15.891	11.662.709
Patrimônio líquido	548.286	88.665	228.302	405.516	51.803	50.713	1.384.549
Receita líquida	-	725.725	838.145	420.541	3.886	44.888	1.983.085
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	73.294	4.495	56.228	87.817	20.874	8.661	243.379
Percentual de participação (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Valor contábil do investimento	548.286	88.665	228.302	416.780	51.803	50.713	1.384.549
Quantidade de ações ordinárias	7.269	2.494.197.660	6.268	29.630.261	17.166.836	40.894.358	34.168.422

	Santa Cruz (1)	Nova Sulamed (3)	Sulasaúde (4)	Sulaseg (5)	Sami (6)	Sulodonto (7)	Total
Ativo	664.905	134.979	428.056	5.095.286	90.517	59.129	6.373.862
Passivo	188.842	49.741	307.509	4.731.781	44.256	13.078	10.315.207
Patrimônio líquido	476.063	85.238	120.547	363.505	46.261	46.051	1.041.655
Receita líquida	-	632.461	539.842	433.209	3.886	32.178	1.607.576
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	49.927	4.593	46.464	(10.925)	14.561	7.134	97.154
Percentual de participação (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Valor contábil do investimento	476.063	85.238	120.213	366.446	46.261	46.051	1.140.272
Quantidade de ações ordinárias	7.269	2.494.197.660	4.628	29.630.261	17.166.836	40.894.358	34.168.422

(a) No exercício findo em 31/12/2014, a equivalência patrimonial de R\$252.100 (R\$146.604 em 2013), está registrada na rubrica "Resultado patrimonial" que contempla também, outras despesas líquidas de receitas patrimoniais de R\$121 (outras receitas líquidas de despesas de R\$757 em 2013); (b) Em 30/09/2014, a Companhia aumentou o capital da SULASAÚDE em R\$65.028, com a emissão de 1.640 novas ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 39.651,474435083 por ação. Em 15/07/2013, a Companhia aumentou o capital da SANTA CRUZ com a emissão de 738 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$67.696,0164994528 por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia. Adicionalmente, em 26/11/2013, a Companhia aumentou novamente o capital da referida investida com a emissão de 1.050 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$66.633,5253360129 por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia. Em 28/03/2013, a Companhia aumentou o capital da SULODONTO com a emissão de 4.992.133 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,0015758490852 por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia. **Legenda:**

	Empresas	Principal atividade
(1)	Sul América Santa Cruz Participações S.A. - (SANTA CRUZ)	Participação
(2)	Sul América Seguro Saúde S.A. - (SAÚDE)	Operadora de Planos de Saúde
(3)	Sul América Serviços de Saúde S.A. - (NOVA SULAMED)	Operadora de Planos de Saúde
(4)	Sul América Saúde Companhia de Seguros - (SULASAÚDE)	Operadora de Planos de Saúde
(5)	Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. - (SULASEG)	Seguradora
(6)	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - (SAMI)	Gestão de Recursos de Terceiros
(7)	Sul América Odontológico S.A. - (SULODONTO)	Operadora de Planos de Saúde Odontológico

11. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:

	Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados IBNR	Provisão para remissão	Total
Saldo individual	78.340	248.562	86.016	4.536	417.454
Saldo grupal	116.878	756.283	424.744	28.326	1.326.231
Odontológico	651	2.319	2.033	-	5.003
Total	195.869	1.007.164	512.793	32.862	1.748.688
Circulante	195.869	984.434	512.793	15.863	1.708.959
Não circulante	-	22.730	-	16.999	39.729

A PSL contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas ao ramo de saúde. Em 31/12/2014 e 2013, a posição de sinistros em disputa judicial foi a seguinte:

	Saúde			Saúde		
	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado
Até 02 Anos	1.166	12.374	8.827	2.444	16.867	10.490
02 a 05 Anos	1.136	22.710	16.797	2.624	18.981	13.045
05 a 10 Anos	191	5.508	3.973	538	7.293	5.102
Mais de 10 Anos	71	2.127	1.675	50	2.171	1.488
Total	2.564	42.719	31.272	5.656	45.312	30.125

11.2. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem a seguinte cobertura:

Descrição	2014	2013
Provisões Técnicas de Seguros	1.748.688	1.310.058
(-) PPCNG (a)	195.871	117.272
Montante a ser garantido	1.552.817	1.192.786
Ativos dados em garantia:		
Títulos de renda fixa - Públicos	999.986	945.844
Títulos de renda fixa - Privados	653.349	501.654
Total de ativos	1.653.335	1.447.498
Ativos vinculados em excesso	100.518	254.712

(a) A ANS não exige o lastreamento por ativos garantidores para o total da PPCNG, conforme RN nº 314 de 23/11/2012. **12. Partes relacionadas:** **12.1. Transações:** As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Receita		Despesa
			2014	2013	2014	2013	2014	2013	
Sul América S.A. (a) (b) (c) (d)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	-	-	21.365	41.893	-	-	-
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (b) (d)	Controladora indireta	Sul América S.A.	509	762	320	4.669	-	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (b) (h) (i)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	4.958	3.458	428	319	219	157	(4.261)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (b) (d) (f) (g)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	8.042	5.827	447	40	-	-	(1.004)
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (b) (d) (h) (i) (j)	Controladora direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	-	7.262	58.584	-	-	(15.338)
Sul América Saúde Companhia de Seguro (b) (d) (k)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	14.640	13.711	18.412	53.832	536.673	95.603	(593.026)
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b) (d) (h)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	17.607	11.856	-	-	-	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b) (d) (e)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.068	1.091	4.256	2.245	-	-	(7.519)
Sul América Odontológico S.A. (b) (d)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	1.702	-	-	-	-	-
Sul América Companhia de Seguros Gerais (d)	Ligada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	-	-	59	-	-	-	-
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (j)	Ligada	Outros	-	-	-	-	-	-	(2.338)
Gouveia Vieira Advogados Associados (j)	Ligada	Outros	-	-	-	-	-	-	(1.687)
Gouveia Vieira Advocacia (j)	Ligada	Outros	-	-	-	-	-	-	(53)
Total			46.824	38.407	52.549	161.582	536.892	95.760	(625.226)

(a) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (c) Valor referente ao reembolso das controladas que pagaram seus executivos com incentivo em ações (stock options) de emissão da Companhia; (d) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (e) Valor referente ao benefício do plano de saúde a funcionários e dirigentes; (f) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (g) Valor referente ao seguro de vida grupal oferecido a todos os colaboradores; (h) Valor referente ao reembolso de aluguel de imóveis; (i) Valor referente à taxa de administração por serviços de gestão de ativos; (j) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; e (k) Valor referente ao cosseguro cedido. Em 2014, a Companhia liquidou dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$213.731 (R\$92.905 em 2013), sendo R\$63.707 (R\$28.708 em 2013) para a SASA, R\$11.157 (R\$5.087 em 2013) para a SAEPAR e R\$138.867 (R\$59.110 em 2013) para SALIC, e recebeu dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$78.511 (R\$99.975 em 2013), sendo, R\$13.833 (R\$15.357 em 2013) da SAMI, R\$35.000 (R\$14.974 em 2013) da SULASEG, R\$11.858 (R\$2.348 em 2013) da SANTA CRUZ, R\$1.090 (R\$794 em 2013) da NOVA SULAMED, R\$11.036 da SULA SAÚDE, R\$5.694 (R\$103 em 2013) da SULODONTO e ainda R\$66.399 em 2013 da SAÚDE. **12.2. Remuneração da administração:** A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Contas a pagar	Benefícios de curto prazo a administradores		Benefícios pós-emprego	Incentivos em ações (a)	Total
	2014	25.721	-	16.998	42.719
2013	21.501	-	15.386	36.887	
Despesas					
2014	(44.896)	(1.236)	(4.164)	(50.296)	
2013	(30.326)	(810)	(2.657)	(33.793)	

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.9). **13. Compromissos e ônus a liquidar:** **13.1. Recursos bloqueados:** Em 31/12/2014, a Companhia possui recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referente às demandas judiciais no montante de R\$24.331 (R\$31.496 em 2013), registrados na rubrica "Bens e títulos a receber", no ativo circulante. **13.2. Garantia das provisões técnicas:** A Companhia possui bens vinculados a ANS, oferecidos em garantia para cobertura das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 11.2. **13.3. Contrato de aluguel - São Paulo:** Em 04/12/2011, a Companhia, a SAÚDE (incorporada pela Companhia), a SALIC, e a SULASEG, renovaram o contrato de locação do imóvel em São Paulo, pelo prazo de 60 meses, que irá expirar em 03/12/2016. Durante esse prazo, cada empresa irá pagar uma quantia mensal, sendo à Companhia o valor de R\$1.757, reajustada anualmente pela variação percentual acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 60% sobre este montante. **14. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais:** Em 31/12/2014 e 2013, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais, fiscais e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: **14.1. Depósitos judiciais:**

Descrição	2014	2013
Fiscais:		
COFINS	286.084	259.562
PIS	83.181	74.041
Contribuição Social	210.894	183.406
Imposto de renda	98.025	91.396
Outros	7.292	6.857
Subtotal	685.476	615.262
Previdenciárias:		
INSS	505.548	475.993
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	10.819	9.861
Ações cíveis	162.639	96.415
Subtotal	173.458	106.276
Total	1.364.482	1.197.531
Não circulante	1.364.482	1.197.531

14.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldos em 01/01/2013	Incorporação do saldo da SAÚDE	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / Baixas	Saldos em 31/12/2013
	Cíveis e trabalhistas					
Cíveis	69.058	45.877	49.303	14.507	(83.244)	95.501
Trabalhistas	2.492	5.413	1.497	516	(1.884)	8.034
Honorários	7.877	5.078	6.641	-	(9.142)	10.454
Outros	3.516	5.377	4.514	1.369	(1.825)	12.951
Subtotal	82.943	61.745	61.955	16.392	(96.095)	126.940
Tributárias:						
PIS	53.904	11.451	-	3.022	(138)	68.239
COFINS	35.946	165.476	10.144	7.947	-	219.513
CSLL	59.363	101.389	14.097	7.981	(17.201)	165.629
IRPJ	31.854	51.508	106	4.151	(16)	87.603
INSS	31.465	1.489	1.983	1.213	-	36.150
Honorários	16.200	8.674	-	1.670	-	26.544
Outros	21.344	10.930	290	839	-	33.403
Subtotal	250.076	350.917	26.620	26.823	(17.355)	637.081
Total						764.021
Circulante						38.154
Não circulante						725.867

Descrição	Saldos em 31/12/2013	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / Baixas	Saldos em 31/12/2014
	Cíveis e trabalhistas				
Cíveis	95.501	42.820	13.136	(55.525)	95.932
Trabalhistas	8.034	1.907	1.056	(845)	10.152
Honorários	10.454	5.664	-	(5.818)	10.300
Outros	12.951	9.475	(1.848)	(6.688)	13.890
Subtotal	126.940	59.866	12.344	(68.876)	130.274
Tributárias:					
PIS	68.239	147	4.211	(26)	72.571
COFINS	219.513	7.653	15.010	-	242.176
CSLL	165.629	20.411	14.226	(3)	200.263
IRPJ	87.603	6.606	6.606	(1,096)	93.113
INSS	36.150	4.337	1.987	-	42.474
Honorários	26.544	734	52	(10)	27.340
Outros	33.403	-	1.276	(1,126)	33.553
Subtotal	637.081	33.302	43.368	(2,261)	711.490
Total					841.764
Circulante					30.682
Não circulante					811.082

14.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais da Companhia em 31/12/2014 e 2013, são: **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e outras receitas. A Companhia vinha depositando e provisionando, o diferencial de alíquota de 1% sobre a receita bruta e, com a promulgação da Lei nº 11.941/2009 que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou a partir da competência junho de 2009, a depositar e provisionar somente sobre a receita de sua atividade de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. **PIS:** A Companhia questionava a legalidade da contribuição ao PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,65%, determinada pelas Leis nºs 9.701/1998 e 9.718/1998, e vinha depositando judicialmente os valores exigidos. Assim, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável, tendo a sentença reconhecido o seu direito de recolher a contribuição sem a ampliação da base de cálculo, passando, a partir de 2008, a recolher o PIS sobre a receita da atividade de seguros. Adicionalmente, a Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição do PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997, cujos montantes encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando a Companhia (e incorporadas), o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 7/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Desta forma, em 2013, realizamos a baixa do valor de R\$138 e iniciamos os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indevidável na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional o dispositivo legal que obteve a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. **CSLL:** De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social (CSLL) à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. A Companhia obteve liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. Adicionalmente, com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. Assim, transitou em julgado a decisão do Mandado de Segurança nº 96.0006174-2, que também assegurou o direito da Sul América Previdência Privada S.A., incorporada pela CIA. SAÚDE, de não se sujeitar às disposições da EC nº 10/1996 no período de 01/01/1996 a 06/07/1996. A impetrante iniciou os procedimentos de levantamento dos valores depositados. **14.4. Provisões judiciais:** **INSS:** A Companhia vem questionando e depositando judicialmente, a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e regulamentada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguro não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando dessa forma fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. A Companhia aguarda o julgamento do Recurso de Apelação. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda das demandas relativas à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. **14.5. Contingências:** Em 31/12/2014, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$560.872 (R\$399.347 em 2013). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$276.249 (R\$238.649 em 2013) refere-se principalmente às obrigações fiscais. A parcela não provisionada, no valor de R\$284.623 (R\$160.688 em 2013) é composta principalmente pelo montante de R\$90.478 (R\$88.138 em 2013) relativos aos autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora SLT Participações S.A. nos anos calendarários 2005, 2006 e 2007. Em 31/12/2014, o valor total em discussão dos processos judiciais cíveis e trabalhistas cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas é de, respectivamente, R\$9.946 (R\$15.608 em 2013) e R\$3.741 (R\$2.849 em 2013). **15. Refinanciamento fiscal - REFIS:** Em 31/12/2013, a Companhia aderiu ao REFIS, referente a Lei nº 12.865/2013, com o objetivo de parcelar valores relativos à CSLL, IRPJ, INSS e multas aplicadas pela ANS e ressarcimento ao SUS, que estavam em discussão nas esferas administrativas e ou judicial. O parcelamento prevê o pagamento em até 30 parcelas iguais e mensais, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC. O montante de R\$ 5.783 (líquido da redução dos benefícios) registrado no passivo circulante será pago através da conversão em renda dos depósitos judiciais registrados. Em julho de 2014, a Companhia aderiu à reabertura do REFIS estabelecida pela lei 12.973, com o objetivo de pagar com depósito valores relativos à IRPJ e CSLL, que estavam em discussão na esfera judicial. O montante total das obrigações na data da adesão, incluído nesse REFIS, foi de R\$ 5.796 (líquido da redução dos benefícios previstos), que será pago através da conversão em renda dos depósitos judiciais registrados. Em 31/12/2014, as obrigações estão registradas na rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher" no passivo circulante e na rubrica "Parcelamento de tributos e contribuições" no passivo não circulante, sendo R\$19.970 (R\$16.160 em 2013) no passivo circulante e R\$ 5.096 (15.564 em 2013) no passivo não circulante.

16. Débitos diversos:

Descrição	2014	2013
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 17.6)	6.147	87.333
Depósitos de beneficiários e de terceiros (a)	16.333	10.365
Honorários a pagar	45	1.257
Outras obrigações com pessoal	74.899	63.427
Outros débitos a pagar	54.991	70.326
Total	152.415	232.708
Circulante	152.370	228.872
Não circulante	45	3.836

(a) Depósitos de terceiros. Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, aos prêmios recebidos cujas apólices ainda não foram emitidas e as parcelas ainda não baixadas de prêmios a receber. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:

Descrição	2014	2013
De 01 a 30 dias	9.574	8.389
De 31 a 60 dias	951	646
De 61 a 120 dias	817	375
De 121 a 180 dias	819	614
De 181 a 365 dias	1.542	316
Acima de 365 dias	2.630	25
Total	16.333	10.365
Recebimento antecipado	-	-
Total	16.333	10.365

17. Patrimônio líquido: **17.1. Capital social:** Em 31/12/2014, o capital social da Companhia é de R\$1.836.393 (R\$1.702.000 em 2013), constituindo-se no total de 75.839.509 (72.363.564 em 2013) ações, sendo 57.264.337 (54.692.138 em 2013) ações ordinárias e 18.575.172 (17.671.426 em 2013) ações preferenciais todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Adicionalmente em 31/12/2014 e 2013, a Companhia possui 20.659.939 ações em tesouraria, sendo 14.172.669 ações ordinárias e 6.487.270 ações preferenciais. **Aumentos de capital social:** 1) Em 30/07/2014, a Companhia aumentou seu capital em R\$40.000, com a emissão de 779.697 novas ações ordinárias e 273.948 novas ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$37,96 por ação, na data base de 30/06/2014; 2) Em 30/09/2014, a Companhia aumentou seu capital em R\$94.393, com a emissão de 1.792.502 novas ações ordinárias e 629.798 novas ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$38,97 por ação, na data base de 30/08/2014. De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes asseguradas a percepção de dividendos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias e a prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. **17.2. Reserva de capital:** Referem-se ao ágio ou deságio apurado em transações

18.3. Despesas de comercialização:

Descrição	2014	2013
Comissões:		
Sobre Prêmios	(558.273)	(344.743)
Total	(558.273)	(344.743)

18.4. Despesas administrativas:

Descrição	2014	2013
Pessoal próprio (a)	(277.346)	(182.664)
Incentivos em ações	(4.164)	(2.657)
Serviços de terceiros	(125.515)	(95.450)
Localização e funcionamento	(90.139)	(62.476)
Despesas com tributos	(5.718)	(3.731)
Outras	(59.362)	(40.599)
Total	(562.244)	(387.577)

(a) Em 31/12/2014 e 2013, os benefícios aos funcionários estão representados basicamente por:

Descrição	2014	2013
Remunerações	(135.951)	(88.310)
Encargos sociais	(51.933)	(35.031)
Indenizações e rescisões	(7.198)	(6.588)
Vale alimentação, refeição e transporte	(25.975)	(17.070)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(8.791)	(4.820)
Outros benefícios	(8.506)	(5.162)
Total	(238.354)	(156.981)

18.5. Outras despesas operacionais: Em 2014, as "Outras despesas operacionais", no montante de R\$205.263 (R\$164.761 em 2013), estão registradas nas rubricas "Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde", no montante de R\$205.173 (R\$164.761 em 2013) e "Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora", no montante de R\$90 em 2014, compostos da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Despesas com operações de seguros	(6.819)	(4.123)
Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros	(60.208)	(36.277)
Serviços técnicos de seguros	(6.433)	(22.443)
(Constituição) / Reversão da provisão para riscos de crédito	(18.974)	(34.789)
Taxas de administração de seguros	(19)	(101)
Despesas com cobrança de seguros	(112.810)	(67.028)
Total	(205.263)	(164.761)

18.6. Resultado financeiro líquido:

Descrição	2014	2013
Títulos e valores mobiliários	225.896	114.597
Valor justo por meio do resultado	38.135	7.341
Disponível para venda	187.761	107.256
Operações de seguros	33.958	21.622
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	19.824	(1.606)
Juros de mora	(18)	(6.071)
Outros	6.986	3.381
Total	286.646	131.923

• Receitas financeiras:

Descrição	2014	2013
Valorização de quotas de fundos de investimentos	54.326	40.024
Títulos de renda fixa - privados	75.496	35.192
Títulos de renda fixa - públicos	116.830	91.153
Operações de seguros	35.093	22.414
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	79.649	48.177
Outras	11.518	6.706
Total	372.912	243.666

• Despesas financeiras:

Descrição	2014	2013
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(20.756)	(51.772)
Operações de seguro	(1.135)	(792)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(59.825)	(49.783)
Juros de mora	(18)	(6.071)
Outras	(4.532)	(3.325)
Total	(86.266)	(111.743)

18.7. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2014		2013	
	Imposto de renda	Contri- buição social	Imposto de renda	Contri- buição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	712.846	712.846	446.824	446.824
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(178.212)	(106.927)	(111.706)	(67.024)

Correntes:**Adições:**

Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(14.013)	(8.408)	(4.347)	(2.627)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	(4.589)	(2.753)	(8.398)	(5.039)
Despesas não dedutíveis	(5.954)	(2.893)	(9.531)	(4.824)
Outras	(2.005)	(1.212)	-	(18.358)
Subtotal	(26.561)	(15.266)	(22.276)	(30.848)

Exclusões:

Resultado positivo de equivalência patrimonial	63.026	37.815	36.651	21.991
Atualização de depósitos judiciais	17.748	10.649	11.261	6.756
Encargos sobre participações nos lucros	8.200	4.920	2.511	1.506
Juros sobre capital próprio	31.250	18.750	25.000	15.000
Reversão de provisões não dedutíveis	-	-	2	2
Outras	-	-	357	-
Subtotal	120.224	72.134	75.782	45.255
Redução de incentivos fiscais	5.985	-	3.235	-

Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente (78.564) (50.059) (54.965) (52.617)

Diferidos:

Constituição - Crédito tributário sobre diferenças temporárias	16.584	9.950	16.277	26.315
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(17.264)	(10.359)	(11.261)	(6.756)
Constituição - Crédito tributário sobre ações judiciais	-	-	-	15.550
Constituição da redução ao valor recuperável	874	523	35	22
Receitas com imposto de renda e contribuição social diferido	194	114	5.051	35.131

Despesas com imposto de renda e contribuição social (78.370) (49.945) (49.914) (17.486)

Alíquota efetiva 11% 7% 11% 4%

Alíquota efetiva combinada 20% 7% 15%

19. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

Descrição	2014		Perda atuarial de benefício definido	Total
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Perda atuarial de benefício definido		
Base	(3.991)	77		(3.914)
Imposto de renda	998	(19)		979
Contribuição social	599	(13)		586
Total	1.597	(32)		1.565
Líquido	(2.394)	45		(2.349)

Descrição	2013	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Base	(23.056)	(23.056)
Imposto de renda	5.762	5.762
Contribuição social	3.458	3.458
Total	9.220	9.220
Líquido	(13.836)	(13.836)

20. Conciliação entre resultado líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais:

Resultado líquido Mais	2013	
	2014	(Reclassificado)
Depreciações e amortizações	14.396	10.510
Resultado negativo de equivalência patrimonial	-	67.862
Juros e variações monetárias de refinanciamento fiscal (REFIS)	1.774	152
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais	55.712	41.546
Prejuízo na Venda de Investimentos ou Imobilizado	-	395
Outros	4.164	2.657
Menos	-	-
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(252.100)	(214.466)
Lucro na Venda de Investimentos ou Imobilizado	-	(1.145)
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(83.726)	(55.120)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	-	(98)
Outros	161	-

Atividades operacionais

Varição de aplicações	(456.072)	(34.006)
Varição de créditos das operações com planos de assistência à saúde	(54.660)	(38.464)
Varição de bens e títulos a receber	51.742	53.548
Varição de créditos tributários e previdenciários	(10.671)	10.645
Varição de ativo fiscal diferido	(1.874)	(43.184)
Varição de depósitos judiciais	(166.951)	(115.215)
Varição de despesas antecipadas	1.689	196
Varição de outros créditos a receber de longo prazo	3.146	2.280
Varição de despesas de comercialização diferidas	(43.397)	(16.626)
Varição de débitos de operações de assistência à saúde	(18.984)	50.279
Varição de tributos e contribuições a recolher	71.969	91.824
Varição de empréstimos e financiamentos a pagar	(73)	(96)
Varição de provisões	26.431	(59.228)
Varição de débitos diversos	(40.304)	8.528
Varição de provisões técnicas de operações de assistência à saúde	438.630	(110.704)
Caixa líquido das atividades operacionais	97.899	19.787


Conselho de Administração:Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. **Conselheiros:** Gabriel Portella Fagundes Filho, Carlos Infante Santos de Castro. **Diretoria: Diretor-presidente:** Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretores-vice-presidentes:** Arthur Farme d'Amoed Neto; Marco Antônio Antunes da Silva; Maurício da Silva Lopes. **Diretores:** André Luiz Lauzana dos Santos; Carlos Alexandre Baldaque Guimarães; Cesar Tadeu Alonso Dominguez; Christian Menezes, Emil Andery, Enio Fukai, Erika Fuga Rossi Teixeira, Gabriel Charbonnières, José Fernando Conforto, Laenio Pereira dos Santos, Leila Ribeiro de Azevedo e Gregorio, Manoel Roberto Gottsfritz Cardoso, Patrícia Quirico Coimbra, Renato Roperto, Tereza Veloso, Reinaldo Amorim. **Contador:** Mauro Reis d'Almeida - CRC RJ 066.620/O-7 **Atuária:** Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Sul América Companhia de Seguro Saúde Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sul América Companhia de Seguro Saúde ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa

responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia de Seguro Saúde em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015
 KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6 F-RJ
 Carlos Eduardo Munhoz Contador CRC 1SP138600/O-7